



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

322ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 24 de fevereiro de 2026

ATA DA 322ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 24 de fevereiro de 2026

LOCAL: 9º andar, Sala de Reuniões 902, MPS

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Wolney Queiroz Maciel MPS – Felipe Cavalcante e Silva SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca CRPS – Thiago Barbosa Lacerda INSS – Gilberto Waller Junior CC – Letícia Gomes Maia DATAPREV – Ubiramar Mendonça MPO – Wesley Matheus de Oliveira DRGPS – Eduardo da Silva Pereira SRGPS/MPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza	Representantes dos Trabalhadores em Atividade FS – Carlos Alberto Tomé CUT - Ari Aloraldo do Nascimento CTB – Rolando Medeiros
Representantes dos Aposentados e Pensionistas CUT – Renato Carvalho Zulato FS – Eduardo de Vasconcellos Correia Annunziato UGT – José Luiz Amorim	Representantes dos Empregadores CNI – Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira CNF – Ivo Esteves Alonso Mósca CNC – Hélio Queiroz da Silva CNA – Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento
Equipe Técnica Secretaria-Executiva – Ana Cristina Viana Silveira Secretaria-Executiva – Ana Kely Feitosa dos Santos Nascimento Secretaria-Executiva – Ana Paula Nicole da Silva Secretaria-Executiva – Vanessa Ribeiro Almeida MPS – Níria Moura RDK – Lucas Rocha de Matos	Palestrantes

Ouvintes/Convidados

CNM – Antônio Mário Rattes

G1/Tv Globo – Mariana Assis

CUT – Vitória Rodrigues

MPS – Izac Menezes

SRGPS/MPS – Maira Alves Rocha

ASCOM/MPS – Luiz Sardanha

ASCOM/MPS – Edson Leal

ASCOM – Renata Brumano

CRPS/MS – Cristiane Santana

CNPS/MS – Adria Lamboglia

INSS – Debora Afonso

CRA – Gabriela Souza

Degrazia – Maria Clara Andrade

Gabinete do Ministro – João Bosco Rabelo

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Wolney Queiroz Maciel** abriu a 322ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) cumprimentando a todos(as). Aprovou-se a Ata da 321ª Reunião Ordinária do CNPS pela unanimidade dos(as) presentes. Deu as boas-vindas ao novo Conselheiro do CNPS, o Sr. Thiago Barbosa Lacerda, representante do Conselho do Recursos da Previdência Social (CRPS), em substituição à Sra. Ana Cristina, que passou a ser Secretária-Executiva Adjunta do Ministério da Previdência Social (MPS). Cumprimentou o Sr. Gilberto Waller Junior pela sua participação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Anunciou que dependia da declaração de calamidade pública para adiantar os pagamentos de benefícios nas localidades atingidas por enchentes e oferecer o valor correspondente a até um salário do benefício a que faz jus, como empréstimo às vítimas. Informou, também, que o MPS estava participando de uma ação de combate à fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), coordenada pela Casa Civil, porém as informações seriam divulgadas pelo Governo Federal.

II – ORDEM DO DIA

Ato seguinte, instaurou-se a pauta da atualização sobre os pagamentos dos ressarcimentos relativos aos descontos associativos. O **Presidente Wolney Queiroz Maciel** informou que 4,3 milhões de pensionistas e aposentados já tinham sido ressarcidos, totalizando R\$ 2,9 bilhões. Lembrou que o prazo para adesão ao acordo encerrava-se em 10 de março. Com a palavra, o Sr. **Gilberto Waller Junior** apresentou as planilhas com os dados de ressarcimentos por entidade,. Relembrou que o Governo Federal tinha ressarcido os aposentados e pensionistas nos casos em que as entidades não se manifestaram sobre a contestação dos descontos ou fraudaram as comprovações de autorização. Indicou que, dos 614 mil questionamentos contra a CONTAG, apenas 87 mil foram pagos, ou seja, 9,6% dos pedidos. Reforçou que o Governo cobraria os devedores por meio da Lei de Apuração de Irregularidades Anticorrupção, de ações da Advocacia-Geral da União (AGU) ou através de ações de regresso. Isto posto, o Sr. **Hélio Queiroz da Silva** parabenizou a participação do Sr. Gilberto Waller Junior na CPMI e observou que havia entidades com apenas uma devolução de valores, ao que o Sr. **Gilberto Waller Junior** explicou que eram entidades pequenas, normalmente referente a uma categoria profissional no âmbito municipal. Ato seguinte, passou-se à pauta sobre as decisões do INSS em relação às notificações e suspensões de operações de instituições financeiras que operam crédito consignado. O Sr. **Gilberto Waller Junior** disse que não houve mudanças significativas desde a reunião anterior e que nenhuma outra entidade tinha sido suspensa, embora fossem 17 os processos de apuração de irregularidades em curso à data. Salientou que alguns bancos já tinham efetuado espontaneamente pagamentos aos aposentados e pensionistas referente à devolução de descontos prestamistas. Agradeceu a parceria da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que proibiram seus associados de fazerem vendas casadas junto aos consignados do INSS. Passando às manifestações, o Sr. **Ivo Esteves Alonso Mósca** acrescentou que a determinação supracitada se tratava de uma alteração na autorregulação das entidades financeiras, podendo refletir em penalizações no caso de descumprimento. Discorreu também sobre os avanços na segurança, que tornaram a jornada de contratação mais complexa devido à velocidade em que foram implementados. Disse que, em alguns casos, os aposentados buscavam créditos mais caros por não conseguirem acesso

36 ao consignado e garantiu que estavam sendo pensadas alternativas que garantissem a segurança sem dificultar a
37 contratação, sugerindo a apresentação do modelo em desenvolvimento na reunião seguinte. O Sr. **Presidente** solicitou
38 que o tema fosse levado ao INSS, à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev) e ao MPS para debate
39 das possibilidades e que a solução fosse apresentada em uma reunião seguinte. Adiante, o Sr. **Rolando Medeiros**
40 questionou sobre a situação do Banco Master diante do crédito consignado, entendendo que a instituição não tinha
41 autorização para oferecer o produto. Rememorou, também, a questão dos chamados “puxadores”, que assediavam os
42 beneficiários na frente das agências do INSS, assim como a demanda por um diálogo com a Ordem dos Advogados do
43 Brasil (OAB) sobre a questão. Isto posto, o Sr. **Presidente** consultou a plenária sobre a possibilidade de convidar o Conselho
44 Federal da OAB para uma reunião do CNPS, ao que o Sr. **Felipe Cavalcante e Silva** garantiu que as denúncias eram
45 encaminhadas à OAB e sugeriu que, primeiramente, o CNPS estruturasse formas de identificar quais escritórios praticavam
46 a ação, o que julgou como complexo. O Sr. **Presidente** concordou que era preciso embasamento para dialogar com a OAB
47 e o Sr. **Gilberto Waller Junior** citou o Programa Proteja INSS, que abordava tanto as *fake news* quanto a questão dos
48 “puxadores”. Somou que o sistema de ouvidoria da Controladoria-Geral da União (CGU) passaria por adequações para
49 permitir as denúncias específicas sobre os “puxadores” e sugeriu apresentar o Programa como solução à OAB.
50 Encaminhou-se para que o Programa Proteja INSS fosse apresentado na reunião subsequente, a fim de que,
51 posteriormente, fosse deliberada a reunião com a OAB. Sobre o Banco Master, o Sr. **Gilberto Waller Junior** explicou que
52 o Acordo de Cooperação Técnica da instituição com o INSS se encerrou em agosto de 2025 e, no processo de renovação,
53 tinha sido constatado um grande volume de reclamações. Acrescentou que, a partir de 18 de setembro de 2025, o Banco
54 Master ficou impedido de conceder consignados, o que foi cumprido. Falou também sobre a tentativa do Banco de sanar
55 as suas irregularidades antes mesmo da liquidação, que não obteve sucesso, e explicou que os valores descontados de
56 beneficiários do INSS em virtude de empréstimos consignados celebrados com o Master estavam ficando retidos junto à
57 Dataprev, recorrendo detalhadamente como se deu o processo de suspensão, por parte do INSS, da operacionalização
58 do empréstimo consignado com a entidade. Ainda, o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** reforçou a necessidade de
59 acompanhamento dos dispositivos de segurança e pediu a participação dos trabalhadores nos debates, a fim de, inclusive,
60 orientar os beneficiários. O Sr. **Gilberto Waller Junior** reforçou que os empréstimos somente poderiam ser contratados
61 por meio de biometria ou de assinatura eletrônica com duplo grau de autenticação, premissa definida por lei. Então, Sr.
62 **Ari Aloraldo do Nascimento** insistiu que os diálogos sobre temas que envolvessem os trabalhadores deveriam ter a
63 participação da categoria, ao que o senhor **Presidente do CNPS** afirmou que o ambiente do Conselho é que propicia a
64 representação dos trabalhadores nas decisões e ações de construção do sistema previdenciário. Ato seguinte, avançou-se
65 ao item de pauta sobre a apresentação do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). O Sr. **Presidente** explicou
66 que o CRPS era uma instância administrativa onde quem teve o seu benefício indeferido ou um valor considerado injusto
67 aprovado poderia buscar, sem a participação de advogados, a revisão da decisão. Anunciou a criação da 30ª Junta de
68 Recursos, no Estado do Tocantins. Com a palavra, o Sr. **Thiago Barbosa Lacerda** confirmou que o CRPS era uma instância
69 desconhecida para a maioria dos brasileiros e resumiu que eram julgados cerca de 80 mil processos por mês. Os
70 julgamentos são realizados por uma composição colegiada, com representantes do Governo, dos trabalhadores e das

empresas, obrigatoriamente. Apresentou um panorama dos trabalhos do CRPS entre 2018 e 2025 a partir dos processos com julgamento pendente, apontando a redução acentuada no estoque nos últimos dois anos. Disse que 2025 terminou com 303 mil processos em estoque, tendo o total reduzido para 269 mil ao final de janeiro. Em 2025, foram julgados 1 milhão de processos entre recurso ordinário e especial e afirmou que a capacidade de análise atual era de o dobro do número médio de processos recebidos. Falou, também, sobre a redução do número de processos esperando as decisões há mais de 180 dias, desejando zerar a fila em questão até o final de 2026. Explicou que o tempo médio para análise dos processos estava em 183 dias, ao passo que era de 281 em janeiro de 2024, o que reduziu as judicializações. Comparou a redução do volume de processos esperando decisão há mais de 180 dias com a diminuição do número de judicializações. Resumiu as ações tomadas para culminar na melhora dos serviços, a começar pela nomeação de conselheiros e passando pela otimização dos fluxos e dos procedimentos internos e pela realização de mutirões e capacitações. Então, o Sr. **Rolando Medeiros** falou sobre os investimentos do MPS para a reestruturação das Juntas de Recurso e a realização de processos seletivos. Lembrou, também, da necessidade de cessão de servidores para realização dos julgamentos e argumentou que muitas notícias sobre as filas do INSS somavam os recursos, tanto locais quanto nacionais, o que julgou como maldoso, por não refletir a realidade. O Sr. **Presidente** citou, também, a proposta de aumento em 15% no valor dos jetons dos conselheiros, pensando no incentivo à atuação. Após, o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** lembrou do descompasso entre as decisões do CRPS e o efetivo pagamento dos benefícios e questionou como o problema estava sendo tratado, ao que o Sr. **Thiago Barbosa Lacerda** explicou que o CRPS encaminhava o acórdão ao INSS para cumprimento e afirmou que o Conselho buscava ajudar o INSS no cumprimento das decisões, embora não fosse seu escopo. Disse que a automação dos cumprimentos ainda não era possível em virtude da falta de padronização dos acórdãos. Na sequência, o Sr. **Gilberto Waller Junior** contextualizou que o sistema do INSS dependia do envio da documentação e da análise manual das informações para executar o cumprimento. Disse que estava sendo desenvolvido um sistema próprio para permitir o cumprimento automatizado das decisões do CRPS, com previsão de entrega em abril, que dependeria da entrega parametrizada dos acórdãos do Conselho. Acrescentou que o plano de enfretamento à fila do INSS aumentaria o volume de trabalhadores disponíveis, inclusive para a análise do cumprimento dos recursos. A seguir, o Sr. **Wesley de Oliveira** tratou do Grupo de Trabalho do Poder Executivo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que buscava reduzir as assimetrias relacionadas à avaliação biopsicossocial no âmbito administrativo e judicial e questionou sobre a interligação do GT com o CRPS. Em resposta, o Sr. **Felipe Cavalcante e Silva** disse que o resultado dos trabalhos do GT tinha sido profícuo e refletido na elaboração, pelo CNJ, de Resolução para definir o uso de laudo único de critérios, após discussões com a AGU, para que os juízes pudessem aplicar, que estavam em vias de ser tornarem obrigatórios. Lamentou, entretanto, a falta do campo conclusivo para registro das decisões dos juízes com relação aos laudos biopsicossociais. Por fim, instaurou-se a pauta sobre o resultado do Regime Geral da Previdência Social. Com a palavra, o Sr. **Eduardo da Silva Pereira**, Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, contextualizou a publicação dos resultados, que está disponível na internet desde 2003, com formato evoluído com o passar dos anos, e explicou o superávit do mês de dezembro, decorrente da contribuição previdenciária sobre o valor do 13 salário pago pelos empregadores. Anunciou que, em 2025, a receita total do Regime Geral da Previdência Social tinha sido de R\$ 709

bilhões, enquanto as despesas com benefícios foram na ordem de R\$ 1,026 trilhão, resultando em uma necessidade de financiamento de R\$ 317 bilhões, cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Informou que a necessidade de financiamento para a área rural era maior do que a urbana e que essa necessidade de financiamento aumentou em cerca de R\$ 20 bilhões em 2025. Comparou as despesas urbana, rural, judicial e da Compensação Previdenciária (Comprev). Citou, também, a determinação de que os resultados considerassem as renúncias, calculadas pela Receita Federal do Brasil, que totalizaram R\$ 70 bilhões em 2025, o que, se fosse considerada, reduziria a necessidade de financiamento para R\$ 247 bilhões. Destacou como principais renúncias a do Simples Nacional, a da exportação da produção rural e a das entidades filantrópicas, totalizando 82% do total de renúncias. Apresentou, também, os resultados financeiros reais, destacando o crescimento de 27% na arrecadação rural e de 52% das despesas com o passivo judicial. Citou a taxa de crescimento dos benefícios previdenciários, que foi de 2,3% em 2025, destacando o crescimento dos benefícios por idade. Falou também sobre o crescimento do salário-maternidade em virtude do fim da carência para o benefício para as seguradas não empregadas e sobre o aumento do auxílio-inclusão e ilustrou os benefícios emitidos separados por faixa de valor, sendo que 62% dos benefícios previdenciários ficavam na faixa de até um salário mínimo. Por fim, apresentou a evolução da necessidade de financiamento dos benefícios desde 2015, resultando em uma estabilidade em termos reais após o período de pandemia. Aberto espaço para as manifestações, o Sr. **Wesley de Olivera** questionou sobre a economia gerada pela migração do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para o auxílio-inclusão, ao que o Sr. **Eduardo da Silva Pereira** respondeu que não era um volume expressivo. Ainda, o Sr. **Wesley de Olivera** mencionou a recomendação da Organização Mundial do Comércio (OMC), de extinção do subsídio à exportação rural e o Sr. **Eduardo da Silva Pereira** confirmou que a contribuição desse setor para a arrecadação da Previdência tem sido ínfima. Encerrada a pauta e avançando aos informes, o Sr. **Felipe Cavalcante e Silva** lamentou o não cumprimento da demanda do Sr. Ari Aloraldo do Nascimento na reunião anterior, referindo-se ao agendamento de uma reunião com o INSS para tratar da distinção entre as entidades lícitas e as responsáveis pelos descontos irregulares, e questionou se a demanda permanecia. Em resposta, o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** apontou a ausência da consolidação dos dados sobre as entidades e confirmou o desejo de aprofundar o tema com o INSS, almejando debater também as dificuldades enfrentadas nas agências do Instituto. Isto posto, disse que consultaria os seus pares antes de confirmar a necessidade de uma reunião. A seguir, o Sr. **Renato Carvalho Zulato** lembrou dos esforços para redução das filas do INSS e pediu que, na reunião seguinte, fosse apresentado um balanço da situação, dado que tinham sido feitas mudanças nos sistemas. O Sr. **Gilberto Waller Junior** insistiu que seriam tomadas outras medidas visando à redução da fila e disse acreditar que até a reunião subsequente já teria maiores informações, além de citar os mutirões. Em complementação, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** disse que, em 2025, foram 178 mil perícias realizadas, enquanto apenas em janeiro de 2026 foram 30 mil atendimentos, reflexo da antecipação feita em decorrência da pausa no sistema ocorrida no final de janeiro. Já o Sr. **Gilberto Waller Junior** contou que, em cerca de 35 dias, foram 300 mil tarefas concluídas além da meta no INSS, com base no bônus criado. Continuamente, o Sr. **Ubiramar Mendonça** falou sobre a modernização pela qual a Dataprev estava passando, que visava tanto à diminuição da fila quanto ao aumento da eficiência e da eficácia dos serviços prestados. Por

141 último, o Sr. **Rolando Medeiros** relatou as dificuldades enfrentadas nas Agências da Previdência Social quanto à
142 ferramenta do auxílio-doença e do benefício por incapacidade, que representavam os serviços mais buscados no INSS.
143 Citou, também, as dificuldades para concessão de benefícios devido à interpretação da legislação, referindo-se, como
144 exemplo, ao benefício para o portador de Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que levava à judicialização. O Sr. **Felipe**
145 **Cavalcante e Silva** garantiu que a Dataprev estava participando dos debates sobre o combate à fila e estava ciente do
146 problema apontado.

147

148 **III – ENCERRAMENTO**

149 Finalizadas as discussões e não havendo mais nada a tratar, o Sr. **Felipe Cavalcante e Silva** agradeceu a presença de todos
150 e deu por encerrada a 322ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. E, para que tudo fique
151 devidamente documentado, eu, Paula Nicole, Chefe de Projetos, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme,
152 será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 24 de fevereiro de 2026.